

INTERVENÇÃO IUM

❖ PAPEL DAS INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

Gostaria de agradecer o convite que me foi dirigido pelo Senhor Diretor do Instituto Universitário Militar, que me permite apresentar as principais preocupações deste Serviço no âmbito das suas competências de antecipação e prevenção das ameaças à segurança interna.

Clarificando as ações do SIS, numa formulação que já merecia alteração em função da evolução das ameaças, este Serviço é de acordo com a letra da lei [art.24 da lei n.º 30/84] “*o único organismo incumbido da **produção de informações** que contribuam para a **salvaguarda da segurança interna** e a **prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido**”.*

Por outras palavras, compete ao SIS ter um conhecimento aprofundado das ameaças, designadamente:

- **Quais são** - por via da realização de um trabalho de identificação, através das unidades do seu Departamento de Operações;
- **Como são** – aprofundar conhecimento sobre as capacidades e intenções dos agentes de ameaça;
- **Como se podem manifestar** – conhecer quais os seus *modi operandi*; e por fim
- **Qual a probabilidade da sua ocorrência em território nacional** – que em suma se materializa no exercício regular de avaliação da ameaça, vertentes que são desenvolvidas, primordialmente, pelos departamentos de Análise.

Estas ações são conduzidas não só para prevenir as ações de terrorismo, da sabotagem e da espionagem, como mencionado de forma explícita na Lei e

como atividade exclusiva que ao SIS cabe, mas também da ingerência externa, do crime organizado, da desinformação, do tráfico de seres humanos, dos extremismos, do branqueamento de capitais, de armas de destruição maciça, das ciberameaças, bem como de outras ameaças ao Estado de Direito constitucionalmente estabelecido e à segurança interna, naquilo que são, em termos de **princípios de atuação**, a **necessidade**, a **proporcionalidade** e a **adequação de meios**, que definem os seus limites de ação operacional, prioridades que são aprovadas pelo Conselho Superior de Informações, presidido pelo Primeiro Ministro.

❖ CONTEXTO INTERNACIONAL

Permitam-me que trace algumas notas sobre o contexto internacional, porque o mesmo influencia a visão sobre as ameaças a nível interno e a atuação de organizações e indivíduos alvo.

O quadro complexo que enfrentamos combina um ambiente geoestratégico instável, e imprevisível, de confronto geopolítico e económico, e coloca-nos à porta de uma Nova Era, de um mundo multipolar e não multilateral, onde os sobreviventes e vencedores serão aqueles que demonstrem capacidade de se adaptar e não, necessariamente, os mais fortes.

Como escreveu o Presidente Biden no prólogo da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, em outubro de 2022, “o nosso mundo está em ponto de inflexão” e vivemos uma “década decisiva”

O paradigma de análise sobre as ameaças mudou e não vou surpreender ninguém ao afirmar que acredito que o mundo está a atravessar um momento crucial da história, em que o grau de incerteza nunca esteve tão elevado. O sistema internacional está a quebrar-se, a economia está a deteriorar-se e a paz global está ameaçada; como escreve Mauro F. Guillén, no livro “2030- As

grandes tendências globais” é “um mundo onde niguém sabe ao certo o que o futuro trará. Se alguém souber, por favor, diga-me “.

Assistimos a uma Rússia de Vladimir Putin em isolamento internacional crescente, mas numa associação estratégica com a China que parece gozar de boa saúde e com relevância geoestratégica, enfrentando sérias dificuldades económicas e militares, enquanto que a OTAN nunca esteve tão consolidada e fortemente empenhada no reforço das condições securitárias do seu enquadramento geoestratégico e com pedidos de adesão de novos países.

Por seu lado o Irão, atual aliado militar da Rússia, enfrenta um ambiente geopolítico profundamente hostil e simultâneamente a maior agitação social desde a revolução de 1979, muito embora não se prevejam alterações de poder no regime, mas que encontrou nas necessidades materiais e militares de

Moscovo uma valorização do seu papel de ator regional e internacional, e para o qual não podemos deixar de olhar.

A China, por seu turno, apesar de Xi Jinping ter emergido do 20º Congresso do Partido Comunista chinês, em OUT22, com um reforço de poder inigualável, enfrenta condicionantes sem precedentes, nomeadamente tensões sócio-económicas decorrentes da política chinesa de gestão pandémica, bem como um novo *outlook* estratégico ocidental vis-a-vis Pequim. Acentuou o seu carácter autoritário e transformou-se no centro das atenções dos EUA, Reino Unido e outros países ocidentais.

Não esquecemos o Afeganistão e o regresso ao poder dos Talibans e não ignoramos a visita de Nancy Pelosi a Taiwan. A invasão da Ucrânia pela Rússia abriu a Caixa de Pandora, porque raramente os efeitos se limitam à área de atuação dos conflitos, tudo piorou e colocou a Europa perante um dilema

estratégico e de sobrevivência, que ou se renova com nova arquitetura de segurança, como com a Bússula Estratégica parece querer demonstrar, e autonomia de defesa, ou morre. A autonomia estratégica implica a criação de capacidade de exercício de poder. Para isso é necessário firmeza, determinação, rapidez e unidade de ação.

A expectativa é grande quer quanto aos efeitos das sanções económicas, que pretenderam atingir a economia, indústria e a capacidade militar a médio e longo prazo, quer quanto ao tempo que vai durar o apoio do Ocidente à Ucrânia. Alguns dizem que não vai terminar, mas outros mostram-se hesitantes nesse apoio.

Depois de décadas de globalização, que nos impulsionaram para um crescimento global sem precedentes, estamos agora a assistir a um decréscimo das condições de vida a diversos níveis, com quebras acentuadas no bem-estar

económico e social, só comparáveis com a crise financeira global de 2008. À imagem de crises anteriores, poderemos transitar, nos próximos anos, por um cenário pautado por elevados riscos de recessão global, de stress financeiro, de crise energética, de descontentamento social e de instabilidade política a nível mundial. E, como serviço de segurança, sabemos as implicações que a pobreza e os fenómenos que lhe estão associados pode ter na segurança interna. O efeito dominó e a complexidade do mesmo coloca sérios desafios aos países europeus e às Forças e Serviços de Segurança.

Há, ainda, que mencionar os efeitos desencadeados pelas alterações climáticas na segurança. As crises socioeconómicas derivadas das alterações climáticas são oportunidades para atores radicais em face dos aumentos de fluxos de refugiados e das deslocações internas a que vamos assistir.

Por fim, há, igualmente, que considerar o impacto da pandemia de COVID-19. A pandemia acelerou vulnerabilidades sanitárias e ameaças à sustentabilidade provocadas pelas cadeias de fabrico e de abastecimento de bens com implicações diretas na soberania dos Estados e pôs em crise os princípios de autonomia estratégica da Europa e de muitos agentes económicos no continente europeu.

❖ **PRIORIDADES DO SIS**

No que às prioridades diz respeito e enquanto primeira linha defensiva do Estado português e da Segurança Interna, o SIS está focado em prestar ao decisor político informações de segurança oportunas, relevantes, objetivas e independentes para apoio ao processo de decisão política, nas áreas de Defesa, Segurança, Política Externa e outras com implicação direta na Segurança Interna, contribuindo dessa forma para reduzir a incerteza e melhorar o processo de decisão.

No mundo complexo e tecnológico em que vivemos, só com a utilização de novas técnicas analíticas e de canais de cooperação nacional e internacional permanentemente ativos, seremos capazes de desenvolver pensamento crítico e abordagens multidisciplinares. No caso do SIS, a cooperação internacional europeia é um ativo permanente e fulcral para Portugal no combate às várias ameaças, mas sobretudo à ameaça terrorista e da espionagem e, nessa mesma cooperação, temos um papel de liderança de alguns desses instrumentos criados pelos Serviços internos nos últimos anos e ao serviço da Segurança Interna dos 30 países europeus.

❖ **PREVENÇÃO DA INGERÊNCIA ESTRANGEIRA**

A concorrência entre Estados na prossecução de distintos interesses nacionais acentuou, de forma inequívoca, o fenómeno da ingerência a diversos níveis, multiplicando-se ações de espionagem, de propaganda e de desinformação que

têm como objetivo comprometer e disromper as nossas sociedades democráticas, deslegitimar os dirigentes políticos e as instituições, enfraquecendo a coesão nacional e polarizando a opinião pública, condicionando as decisões das instituições políticas.

Enquanto serviço de informações de segurança, compete ao SIS, na mais nobre das missões de contra-espionagem e de contra-subversão, o combate a esta ameaça silenciosa e clandestina, que tenta influenciar todos os níveis da sociedade democrática afetando a soberania nacional.

Grande parte deste universo de ingerência ocorre, também, em contexto económico. A segurança económica é a materialização de uma política de Estado que visa proteger e promover os seus interesses estratégicos, que engloba as atividades de proteção do património empresarial e industrial e de infraestruturas críticas, centros de investigação científica, não esquecendo aqui

a elevada importância do papel da proteção da economia do mar e da Plataforma Continental como extensão da nossa soberania.

Também as ameaças que visem o controlo ou o acesso indevido a empresas que sustentam o processo de transição energética e outras áreas estratégicas, como a investigação espacial, sistemas de condução autónoma e a biotecnologia, através de investimento direto estrangeiro, deverão ser tidas como prioritárias, em especial quando tenham origem em blocos geopolíticos concorrentes fora do quadro europeu ou da Aliança Atlântica.

❖ **SALVAGUARDA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

A atividade clandestina de Estados estrangeiros concretiza-se na prática imemorial da espionagem. Esta é pautada pela execução de ações clandestinas

por Serviços de informações estrangeiros com vista à aquisição encoberta de informação privilegiada sobre as dinâmicas políticas, económicas, científicas, tecnológicas ou sociais locais.

Portugal, não foge a esta regra nem a este princípio, pelo que em Território Nacional podemos constatar e observar a recolha de informações sobre a atividade política nacional, a realidade partidária, as dinâmicas da nossa Política Externa, as nossas alianças, a nossa capacidade militar, a participação de Portugal nas Organizações Internacionais, multilaterais, militares ou com fins específicos, como meteorologia, saúde, investigação, ou atividades de investigação científica e energia ou para apoio documental à atividade mais secreta de alguns Serviços de Informações.

Embora a espionagem seja uma ameaça imutável e omnipresente, no atual contexto de elevada concorrência, com a competição estratégica entre os vários

actores internacionais, assiste-se a um recrudescimento destas ações clandestinas dinamizadas por serviços de informações hostis, que atuam contra os interesses nacionais, seja por ações de âmbito clássico como o recurso a meios humanos, através do recrutamento de Fontes Humanas nos diversos patamares das instituições nacionais, seja por meios tecnológicos e digitais.

Convém ter presente que estas ações não visam apenas os centros de decisão política, diplomática, económica ou militar, mas também o *know-how* e o talento da comunidade científica nacional - sector vital para o desenvolvimento e modernização do nosso país – que são ciclicamente alvos de ações encobertas.

Desde que estou na Direção do SIS, já levamos à expulsão, algumas vezes expulsão silenciosa, de vários “ditos diplomatas” de Território Nacional por extravasarem os limies da Convenção de Viena

**❖ GARANTIA DA RESILIÊNCIA DO CIBERESPAÇO COMO VETOR PRIORITÁRIO DE
SEGURANÇA E DEFESA**

Muitas destas ações clandestinas ocorrem hoje no ciberespaço, onde convivem com outras ações hostis de natureza criminal.

Observando a tendência crescente de ataques cibernéticos em território nacional, é necessário entender o ciberespaço como um campo de ação política, diplomática e securitária, de disputa permanente entre atores estatais e não estatais, de ações hostis no âmbito da espionagem, sabotagem e de subversão, a coberto do anonimato. É, portanto, e conseqüentemente, um palco essencial no exercício da soberania, daí que tenhamos de proteger o ciberespaço.

Um ciberataque de natureza disruptiva, por via de uma ação de cibersabotagem ou de *ransomware* levado a cabo contra infraestruturas críticas e serviços essenciais pode comprometer diretamente a segurança económica, como tem acontecido em Território Nacional, e as intrusões cibernéticas com finalidade de ciberespionagem, para exfiltração de informação privilegiada a todos os níveis do Estado, das instituições e das empresas, condicionando, dessa forma, a segurança da informação e perigando a competitividade estratégica que esta possa aportar, têm-se intensificado.

As ações levadas a cabo pelo SIS, no âmbito da identificação dos agentes de ameaça e na prevenção das ações cibernéticas hostis contra alvos nacionais, através da garantia de uma resiliência das redes, tem sido vital com vista ao garante não só da confidencialidade, integridade e acessibilidade da informação, mas também dos sistemas que as compõem.

❖ **PROTEÇÃO E DEFESA DO ESTADO FACE À PROLIFERAÇÃO DE ADM**

Em simultâneo, a proliferação de armas de destruição em massa (ADM) constitui uma ameaça à segurança global e tem sido uma área de elevada preocupação na atividade de informações, antecipando-se e prevenindo-se a disseminação não controlada de bens e equipamentos, conhecimentos e tecnologias que possam contribuir para o fabrico de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, bem como dos mísseis balísticos capazes de as transportar.

Determinados países prosseguem atividades de aquisição clandestina de materiais e de tecnologia para o desenvolvimento dos seus arsenais militares, inclusive por via de tentativas de recurso clandestino ao tecido científico e industrial português.

O facto de muitos dos produtos pretendidos terem uma utilização dual, civil e militar, torna mais fácil camuflar o seu verdadeiro destino e aplicação, bem como contornar os regimes instaurados pelos tratados internacionais e os mecanismos de controlo de exportações.

A contra-proliferação é um domínio histórico de atuação do SIS, hoje adaptado à realidade tecnológica contemporânea, pautada por significativos desenvolvimentos técnicos e científicos, como a Inteligência Artificial, com um forte potencial de adaptação a fins hostis.

❖ **PREVENÇÃO DOS EXTREMISMOS VIOLENTOS E DO TERRORISMO**

Em conclusão do universo de ameaças em que o SIS está focado, merece menção a atenção com que o Serviço acompanha o surgimento da crise de

representatividade generalizada, o efeito de contágio e o incitamento de sentimentos de indignação, de ódio e extremistas.

Seja por via da injeção de discursos polarizadores e fraturantes do tecido social, seja pelo recurso à violência brutal e indiscriminada, fenómenos como o terrorismo e os extremismos violentos e ideológicos pretendem desestabilizar, minar e, ultimamente, subverter os alicerces fundacionais das democracias.

O uso de redes sociais e de outros *fora online* como meio de desinformação, propaganda e ódio, tanto por indivíduos, como por Estados e organizações extremistas ou terroristas, continua a intensificar-se, a minar a confiança nas instituições democráticas e a amplificar as mensagens e discursss contraditórios e extremistas.

O recrudescimento de fenómenos extremistas também se tem refletido na sociedade portuguesa. A sua natureza subversiva e violenta visa a normalização gradual de narrativas adversas ao sistema democrático vigente, bem como reduzir a pluralidade democrática e questionar a legitimidade das instituições. Nessa medida, configura uma ameaça à integridade do Estado de Direito democrático.

Enquanto materialização violenta de interpretações extremistas, a prevenção do terrorismo permanece necessariamente uma prioridade na atuação do SIS, bem como a problemática associada ao regresso dos jihadistas do palco sírio-iraquiano.

Assistimos a uma tendência para o desdobramento das organizações terroristas em filiais sedeadas em geografias diversas, garantindo a sua

presença global e a alavancagem de capitais de queixa locais e regionais a favor das ambições centrais destas organizações.

Observa-se a reemergência do fenómeno *homegrown*, espelhada na continuidade de processos de radicalização e de recrutamento *online*, espoletados, nomeadamente, pelo investimento significativo destas organizações em canais de comunicação sofisticados e propaganda jihadista difundidos por canais oficiais e não oficiais, com o intuito de inspirar indivíduos para o cometimento de ataques no Ocidente.

O princípio do “age por ti” coloca desafios importantes aos Serviços de Informações e às Forças de Segurança.

As migrações, os extremismos, o crime organizado e o terrorismo têm áreas sobrepostas, o que obriga à necessidade de uma abordagem integrada.

❖ CONCLUSÃO

Perante o exposto, é patente que as preocupações e matérias tratadas pelo SIS são vastas e de naturezas diferentes.

Compete ao Serviço avaliar e antecipar tendências e mudanças que possam servir de multiplicadores da ameaça, no sentido de informar o decisor político de eventuais cenários disruptivos, bem como contribuir para a resiliência da sociedade e das instituições nacionais face a este lato espectro de ameaças e cooperar com as Forças e Serviços de Segurança nacionais.

Cumpre, por exemplo, destacar o forte e já histórico empenho do SIS na dinamização de programas de sensibilização e de prevenção junto dos mais variados quadrantes da sociedade portuguesa, assim contrinuindo para uma mais abrangente sensibilidade dos cidadãos e das instituições nacionais para as ameaças e limitando a probabilidade de sucesso dos atores hostis no território ou no ciberespaço português.

Com efeito, as ameaças têm vindo a reconfigurar-se de modo cada vez mais complexo. A sua identificação precoce, em tempo oportuno para a tomada de decisão política, constitui um permanente desafio à capacidade do SIS, obrigando-o, de forma célere e antecipada, a processos de readaptação metodológica e a realizar investimentos no recrutamento de recursos humanos e tecnológicos.

Esta ação é inúmeras vezes reforçada em sede de cooperação internacional, onde cabe também ao SIS fomentar a criação de sinergias e efetivar o sentido da política de segurança interna no espaço europeu e da Aliança Atlântica, em linha com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado português.

Em suma, considerando a complexidade e transversalidade evidente dos temas em questão, cabe ao SIS, no âmbito das suas atribuições, contribuir para a garantia não só da segurança, mas também da defesa dos interesses nacionais.

Muito obrigado!